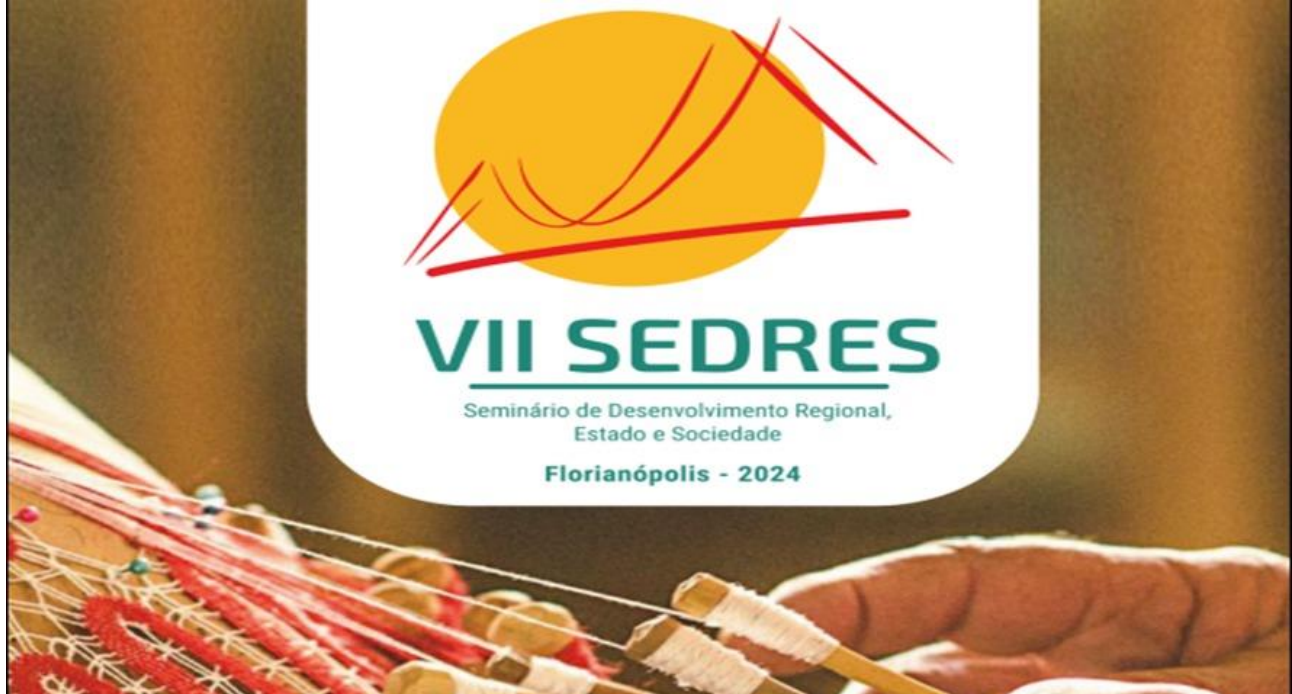




AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E O RISCO DAS GENERALIZAÇÕES

4 Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

Este trabalho visa compreender e contribuir para uma análise acadêmica acerca das relações entre o agronegócio e a agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, utilizando o “Methodi Ordinatio” (Pagani et al., 2015) para a definição do referencial a ser considerado. A partir do problema de pesquisa, que procurou entender quem se beneficia com os discursos generalistas, a análise da bibliografia demonstrou que, em alguns casos, visões ideologizadas entre a agricultura familiar e o agronegócio geraram, e ainda geram, debates acalorados, polarizados e improdutivos. As generalizações, em qualquer ramo do conhecimento, geralmente conduzem a distorções, pois o todo, na maioria das vezes, acoberta os problemas endógenos existentes em cada uma das partes, algo que pode agravar o quadro de desigualdade no campo e contribuir para a ineficiência das políticas públicas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, o portfólio bibliográfico foi selecionado por meio do Methodi Ordinatio (Pagani et al., 2015). Este método estabelece critérios para a seleção de artigos científicos de maior relevância, por meio do cruzamento de informações, considerando o fator de impacto, o número de citações e o ano de publicação dos artigos. Neste trabalho, foram aplicadas as nove fases do método, as quais estão especificadas a seguir:

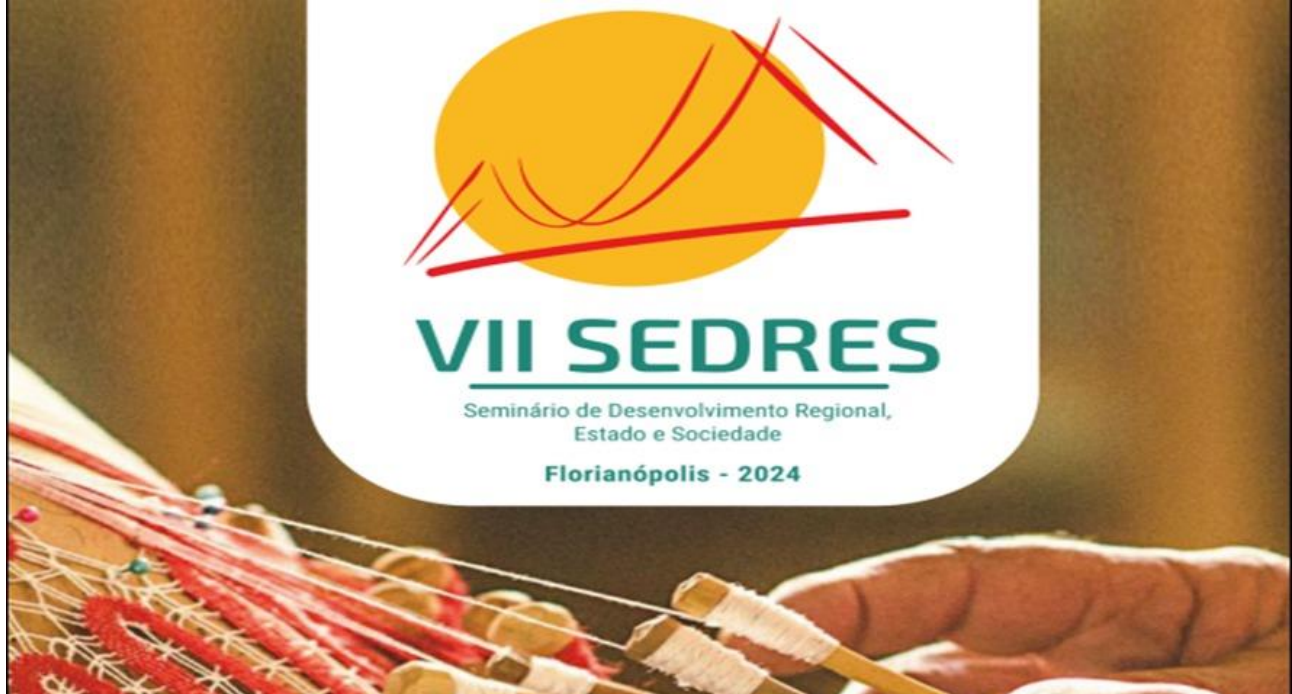
- 1) Definição da intenção de pesquisa. No caso deste estudo, já tínhamos um problema de pesquisa, situação considerada ideal por Pagani et al. (2015);
- 2) Pesquisa preliminar exploratória nas bases de dados bibliográficos. Neste momento, várias combinações de palavras-chave foram simuladas em bases de dados como Web of Science, Scopus, Google Acadêmico e Scielo.org. A pesquisa preliminar considerou artigos publicados a partir do ano 2000;



- 3) Definição e combinação de palavras-chave e bases de dados. Após a busca preliminar, a base de dados que se mostrou mais enxuta foi a Scielo.org, sendo a combinação de palavras-chave que mais se adequou ao objetivo da pesquisa “agricultura familiar” AND “agronegócio” OR “dualismo” OR “pluriatividade”;
- 4) Busca definitiva na base de dados selecionada. Esta foi realizada no dia 24/01/2024, resultando em 125 artigos. Os artigos selecionados na base de dados Scielo.org foram exportados para uma ferramenta gerenciadora de referências (Mendeley);
- 5) Procedimentos de filtragem. No Mendeley, uma boa parte dos artigos foi eliminada do portfólio por se tratar de trabalhos em áreas de conhecimento distintas do tema pesquisado, além de artigos em duplicidade e sem a especificação do autor. Finalmente, obteve-se o número definitivo de 23 artigos para o portfólio bibliográfico;
- 6) Identificação do fator de impacto (FI), ano de publicação e número de citações de cada artigo. Para isso, a lista final dos artigos foi exportada do Mendeley para a plataforma JebRef 5.2 e, desta, para uma planilha Excel própria, ocasião em que o FI, o número de citações (obtido no Google Scholar) e o ano de publicação foram inseridos;
- 7) Classificação dos artigos usando a equação *InOrdinatio*. Concluídas as seis primeiras fases do *Methodi Ordinatio*, foi aplicada a seguinte equação:
$$\text{InOrdinatio} = (\text{IF}/1000) + \alpha * [10 - (\text{ResearchYear} - \text{PublishYear})] + \sum \text{Ci}$$
onde: IF é o factor de impacto; α é um fator de ponderação atribuído pelo pesquisador que varia entre 1 e 10; ResearchYear é o ano em que a pesquisa foi desenvolvida; PublishYear é o ano em que o artigo foi publicado; e $\sum \text{Ci}$ é o número de vezes que o artigo foi citado. Para a obtenção do InOrdinatio de cada artigo, e o respectivo ranqueamento, fez-se uso de uma planilha denominada “RanKin”, cuja fórmula foi previamente inserida. “Quanto maior o valor do InOrdinatio, mais relevante é o artigo para o portfólio” (Pagani et al., 2015);
- 8) Busca das versões completas dos artigos selecionados; e
- 9) Leitura final e análise sistemática dos artigos.

Também foram acessados dados sobre a agricultura familiar e agricultura não familiar do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

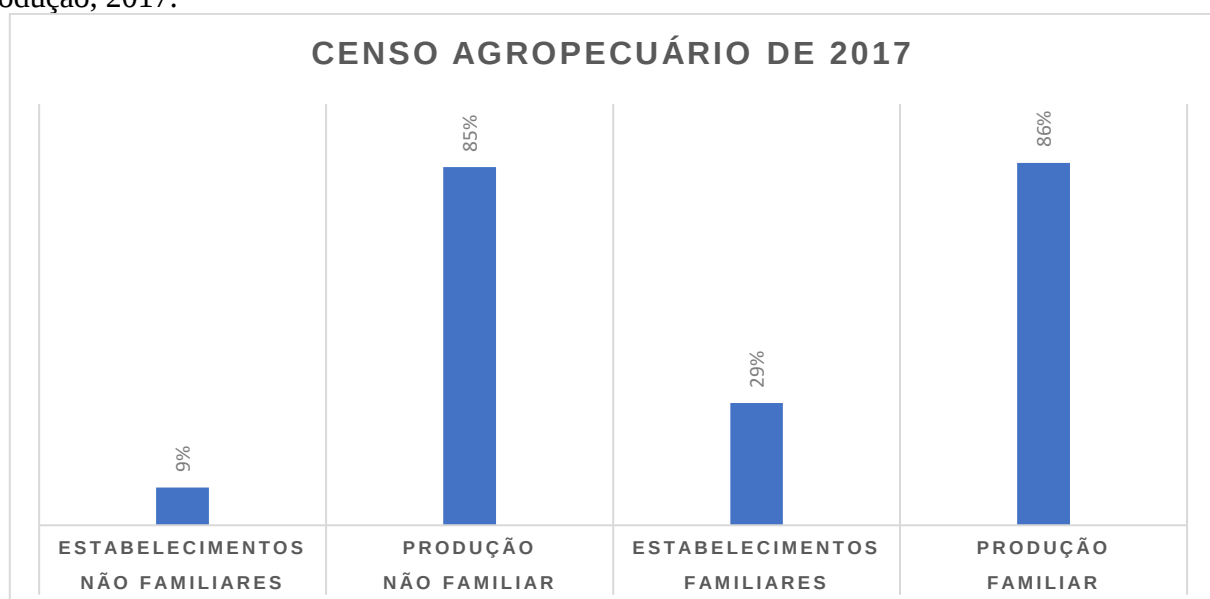


No caso deste trabalho, a aplicação das cinco primeiras fases do *Methodi Ordinatio* resultou em apenas 23 artigos. Aplicando-se a equação *InOrdinatio*, todos eles foram classificados, do maior para o menor “valor”, em termos de relevância científica.

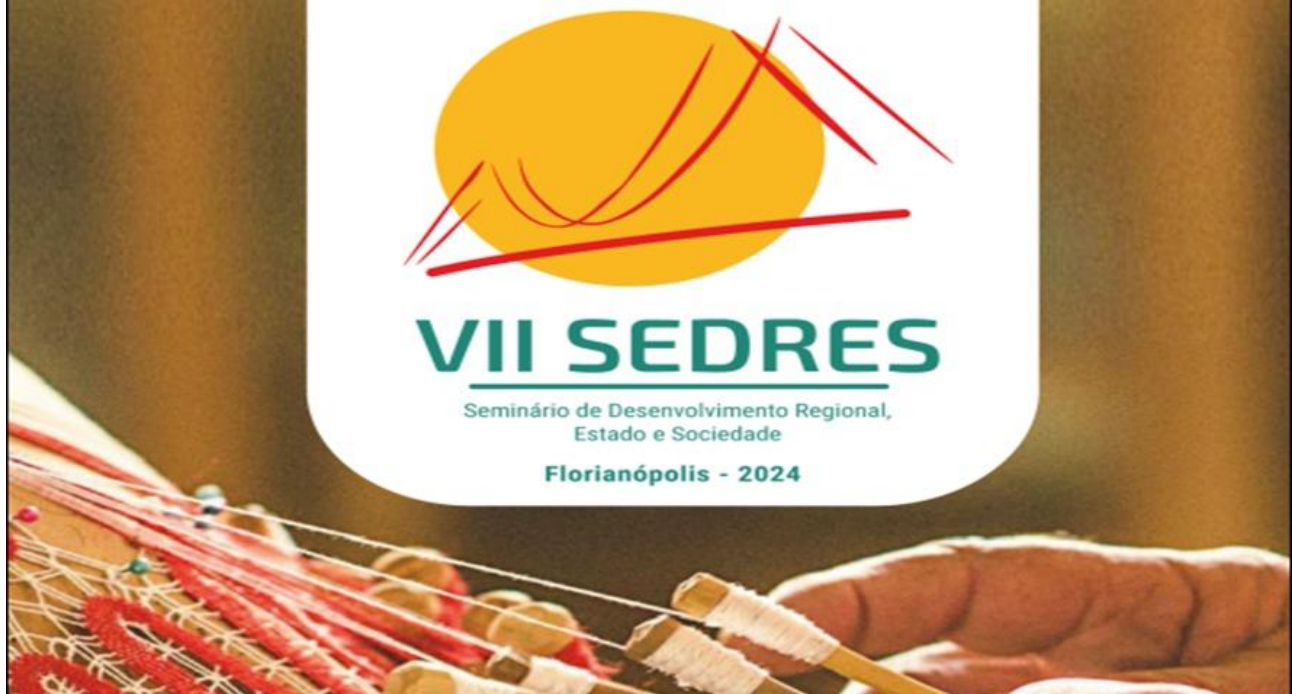
Para entender o que o Estado define como agricultora familiar e, conseqüentemente, não familiar, foi necessário analisar a Lei n. 11.326 (2006) (Brasil, 2006), regulamentada em 2017 por meio do Decreto n. 9.064 (2017) (Brasil, 2017).

Existe uma heterogeneidade entre a participação no número de estabelecimentos agropecuários e no volume de produção (Figura 1). Existe também uma heterogeneidade dentro da chamada agricultura familiar, conforme destacado por Aquino et al. (2018, p. 132). Tem-se alguns produtores familiares são integrados aos sistemas agroindustriais de um lado, e, do outro, aquele produtor familiar que sequer consegue participar de uma chamada pública no âmbito do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), pois não conseguiu obter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Figura 1: Participação da agricultura familiar e não familiar no número de estabelecimentos e na produção, 2017.



Fonte: IBGE (2017). Elaboração própria.



A continuar assim, políticas de crédito rural, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), disponibilizadas pelo Governo, continuarão nas mãos dos mesmos agricultores familiares, dos mesmos não familiares e nas mesmas regiões do Brasil, sendo estes os grandes beneficiados pela falta de políticas públicas que considerem, prioritariamente, as desigualdades endógenas dos “segmentos” aqui abordados.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O trabalho se relaciona com a ST4 (Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional) uma vez que relaciona as diferentes formas de organização da produção agroalimentar com políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.306, de 25 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1), 25 jul. 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.064, 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1 – ed. extra, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, v.105, n.3, p.2109-2135, 2015.